

Ana Lúdia Barroso Miranda de Almeida

2º Ciclo de Estudos em Ciências da Comunicação – Estudos de Media e Jornalismo

Jornalismo Local e de Proximidade – Rádio Nova

2012

Orientador: Professora Doutora Ana Isabel Reis

Coorientador: Dr. Manuel Costa Leal

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Dedicatória

Dedico esta exposição aos que trabalham e que se esforçam por garantir informação útil aos cidadãos, para que possam refletir, consciencializar-se e agir. Ou seja, dedico este trabalho àqueles que fazem uso da democracia.

Agradecimento

Este estágio não foi um mero acaso, foi fruto da minha persistência e de uma paixão platónica pelo formato da emissora Rádio Nova. Fã incondicional de boa música, fui conduzida até à rádio local do Porto pela diferença, variedade e pela leveza da playlist.

Poder integrar a equipa da Rádio Nova e conhecer os métodos para trabalhar em rádio foram os objetivos traçados e agora alcançados.

O estágio foi importante para perceber e proceder às práticas jornalísticas aplicadas a este meio de comunicação. Assim, neste relatório reflete-se sobre a origem, termos em que se define e a importância do jornalismo local e de proximidade; uma atividade que salvaguarda a identidade nacional, o pluralismo e a democracia.

A Rádio Nova, uma rádio temática, em *flashes* informativos e nas diversas rubricas assegura a emissão de informação local e de proximidade relevante, mas também de âmbito nacional e internacional.

Agradeço à minha orientadora de estágio Dr.^a Ana Isabel Reis, que foi incansável com as suas dicas cruciais, para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a toda a equipa da Rádio Nova que me acolheu e me integrou durante três meses nas suas rotinas.

Agradeço ao José por me espicaçar e à minha família por não me pressionar.

Por fim, um agradecimento às minhas amigas Inês e Ana pelo companheirismo nesta batalha pós-estágio.

Abstract

This reflection is based on the radio concept that is defined on the current Radio Law, and it is counterpoised on the humanizing perspective.

A brief reference to the Portuguese radio history exalts the media power: dominated by political regime during the Estado Novo time and when gave voice to those who had not on the pirate radio stations height, without regulation. It is also referred the time after regulations on radio pirates that originated the regulated radio, local radio.

It is studied how about the Radio Law and the current economic climate are condemning the generalist radios. Finally, this study focuses on the local and proximity journalism to awareness, reflection and encouraging community mobilization.

In the second part of this reflection is made an analysis of the chronological development (22 years) and characterization of Radio Nova, through the interviews of the first and current editorial staff. It is also made a description of the work on stage and classification of journalism practiced this station.

Resumo

Esta reflexão parte do conceito Rádio definido na atual Lei da Rádio, e é estabelecido o contraponto através da versão humanizante do mesmo.

A breve alusão à história da Rádio em Portugal exalta o Poder dos meios de comunicação: dominada pelo Regime Político durante a época do Estado Novo, mas também na altura das rádios piratas que por falta de regulamentação deram voz a quem não a tinha. E após a implementação da regulamentação nas rádios piratas tiveram origem a rádios regulamentadas, as rádios locais.

Para contextualizar a situação atual, aborda-se a questão da condenação das rádios generalistas pela Lei da Rádio em vigor, assim como a atual conjuntura económica. Por fim, foca-se a importância do jornalismo local e de proximidade na consciencialização, reflexão e incentivo à mobilização da comunidade.

Na segunda parte do trabalho é feita uma análise da evolução cronológica (22 anos) e caracterização da Rádio Nova, através das entrevistas do primeiro e do atual chefes de redação. Também é feita uma descrição do trabalho desenvolvido no estágio e a classificação do jornalismo praticado nesta emissora.

Índice

Dedicatória	2
Agradecimento.....	3
Abstract	4
Resumo.....	4
Introdução.....	7
CAPITULO I	8
Rádio -Trâmites gerais	8
Breve historia.....	9
Lei nº87/88, de 30 de Julho	11
Lei n.º 54/2010, de 24 de Dezembro	11
Jornalismo Local e de Proximidade	14
Rádio comunitária	14
Importância das Rádios Comunitárias.....	16
Rádio Local	20
PAPEL DA RÁDIO	20
PAPEL DO JORNALISTA	21
PAPEL DO PUBLICO	22
ROTINAS PRODUTIVAS.....	23
RELAÇÕES ECONÓMICAS	24
RELAÇÕES COM A SOCIEDADE.....	25
DEBATE PRODUZIDO	25
Importância das rádios locais.....	26
Recursos e Prática jornalística	28
Identidade nacional	29
CAPITULO II.....	31
Jornalismo Local e de Proximidade a Prática	31
O Estágio	35
Trabalho desenvolvido	37
Conclusão	42
Referências Bibliográficas.....	43

Índice de figuras

Ilustração 1	28
Ilustração 2	34

Introdução

O presente relatório pretende explicar o estágio de Ana Lúcia Barroso Miranda de Almeida na Rádio Nova, desenvolvido ao longo de três meses, desde o dia 3 de Outubro de 2011 ao dia 3 de Janeiro de 2012; no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este documento pretende ser uma reflexão sobre o Jornalismo Local e de Proximidade, com base na Rádio Nova, uma rádio local do Porto.

A Rádio Nova existe há 22 anos, um período de vida considerável, daí a necessidade do balanço histórico deste media. Para fundamentar este enquadramento foram feitas entrevistas ao primeiro chefe de redação da Rádio Nova, João Paulo Meneses, e ao atual, Manuel Costa Leal.

A informação obtida nas entrevistas permite estabelecer uma comparação temporal, no jornalismo local e de proximidade, em pontos-chave recorrentes ao longo deste relatório: temática, concorrência, interação com a audiência, linha editorial, hierarquia local/nacional, amador e protecionista.

Com base no estágio mencionado, para fundamentar este estudo recorre-se à grelha das atividades efetuadas ao longo do estágio curricular, que inclui entrevistas telefónicas, reportagem, edição de texto, edição de som, locução, revista de imprensa, GPS, infoterapia, infoterapia locução, informação e Web.

“Na sequência dos princípios, o Estado deve ser rico, o homem deve ser pobre, o Estado deve se comprometer a poder fazer muito, ao homem deve permitir que faça pouco, o Estado deve, no que diz respeito à música, produzir tudo o que requeira, aparatos especiais e atitudes especiais, mas o indivíduo deve fazer um exercício. Sentimentos errantes em liberdade por ocasião da música, pensamentos especiais como ocorre ao se ouvir música, esgotamento corporal como acontece facilmente com o simples ouvir música, tudo isso são desvios da música. Para evitar tais desvios, o indivíduo participa da música, seguindo também, a este respeito, o princípio: atuar é melhor que sentir, seguindo com os olhos a música no livro, e entrando nas paisagens e vozes deixadas em branco, cantando-as para si ou junto com os outros (turma)”. **A Teoria da Rádio Bertolt Brecht**

CAPITULO I

Rádio -Trâmites gerais

Em conformidade com o que está descrito na Lei n.º 54/2010, 24 de Dezembro¹, Artigo 2.º, “ «Atividade de rádio» ” é “a actividade prosseguida por pessoas colectivas que consiste na organização e fornecimento, com carácter de continuidade, de serviços de programas radiofónicos com vista à sua transmissão para o público em geral”

No caso particular das rádios locais, o universo está definido para todas as rádios com alvarás para serviços de programas de rádio local. Este tipo de licenciamento requerido permite “O acesso ao exercício da atividade de rádio (...), o qual está sujeito a concurso público, dado que utiliza o espectro hertziano terrestre, ou ainda através de autorização (caso não seja utilizado o espectro hertziano terrestre), concedida pela ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social.”²

A finalidade da rádio está mencionada e descrita por itens na Lei da Rádio - Lei n.º 54/2010, 24 de Dezembro:

Constituem fins da actividade de rádio, de acordo com a natureza, a temática e a área de cobertura dos serviços de programas disponibilizados:

- a) Contribuir para a informação, a formação e o entretenimento do público;
- b) Promover o exercício do direito de informar, de se informar e de ser informado, com rigor e independência, sem impedimentos nem discriminações;
- c) Promover a cidadania e a participação democrática e respeitar o pluralismo político, social e cultural;
- d) Difundir e promover a cultura e a língua portuguesas e os valores que exprimem a identidade nacional;
- e) Contribuir para a produção e difusão de uma programação, incluindo informativa, destinada à audiência da respectiva área de cobertura.

Numa perspetiva humanista, ressalta-se a importância das funções dos media locais, desenvolvendo valores de cidadania e democracia, e assim contribuir para o desenvolvimento social.

un medio en el que la participación de la sociedad desempeña un papel esencial y cuya función no puede dejar de ser primordialmente educativa al informar, promover y defender los intereses de la sociedad, tomar parte en sus costumbres culturales y sociales así como en sus prácticas políticas. (Pérez, 2000: 5)

Sobre a vertente educacional da Rádio e na mesma linha de pensamento, o pioneiro nesta reflexão, Brecht refere que “o público não apenas tem que ser instruído mas também tem que instruir./ Missão formal da radiodifusão é dar a essas tentativas

¹ Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/24800/0590305918.pdf>, consultado no dia 28 de Julho de 2012

² Disponível em <http://www.erc.pt/pt/perguntas-frequentes/sobre-a-radio>, consultado no 28 de Julho de 2012

instrutivas um carácter interessante, isto é, fazer interessantes os interesses.”³ Ou seja, os três pilares base que constituem os fins da atividade da rádio (informar, formar e entreter) em conjunto com o envolvimento e a participação da audiência no debate das problemáticas relativas à comunidade, estabelecem um poderoso mecanismo para promover a democracia “como instrumento para la educación no formal através de la participación ciudadana.” (Pérez, 2000: 4). Porque as heterogéneas e diversas opiniões da comunidade, quando não sujeitas a qualquer tipo de censura, tornam possível a participação democrática e a promoção da cidadania.

Breve historia

É fundamental descortinar a evolução da rádio e delinear o seu enquadramento histórico, para uma melhor perceção e consequente compreensão das rádios locais, de proximidade e da comunidade.

Em Portugal, a história da Rádio começa em 1914 com a criação da primeira estação portuguesa, a Rádio Hertz, criada por Fernando Galhardo Medeiros. Mas só dez anos mais tarde é que começam as emissões minimamente regulares com a estação amadora CT1AA, de Abílio Nunes dos Santos Júnior.

Finalmente, em 1931, Jorge Botelho Moniz e Alberto Lima Bastos fundam uma das mais importantes estações das décadas 30/40, a Rádio Clube Português, aquela que era designada anteriormente, por Rádio Parede e Rádio Clube Da Costa do Sol/CT1GL.

É precisamente a partir da década 30 que o Estado se apodera de todo o serviço de radiotelefonia, radiodifusão e radiotelevisão pelo decreto nº17899, de 29 de Janeiro de 1930⁴, é então instituído o monopólio estatal. É criada a Direcção Geral dos serviços Radioelectricos, que fica sob a dependência dos CTT (correios, telégrafos e telefones) e é autorizada a compra de duas emissoras (onda média e curta).

À época do Estado Novo, em 1933, realizam-se as primeiras emissões experimentais da Emissora Nacional. A emissora católica Rádio Renascença começa a emitir com regularidade em 1937, em onda média.

Como um poderoso instrumento de propaganda, “criada à semelhança de congéneres estrangeiras, a Emissora Nacional assume-se como a voz do Estado Novo,

³ (Brecht trad. Carvalho e Valci, <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/o-radio-na-visao-de-bertolt-brecht-em-1932>)

⁴ Disponível em http://www.engenhoeobra.net/esxx_investigacao_22.asp?cronologia=47682, consultado a 19 de Agosto de 2012

que cedo se apercebe das potencialidades do novo médium, fortalecendo o amplo apoio popular de que goza até à década de 40” (Duarte, 2005: 47)

A libertação da Emissora Nacional começa a vislumbrar-se a partir da década de 40, saindo da alçada dos CTT, pelo Decreto nº30 752, de 14 de Setembro de 1940. A partir desta altura, inicia-se o modelo de implantação regional no continente e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, que corresponde ao modelo atual.

No fim da década de 40, para além da Rádio Clube Português, da Emissão Nacional e da Rádio Renascença, havia conjuntos de pequenas estações agrupadas em Lisboa e no Porto: Emissoras Associadas de Lisboa e Emissores do Norte Reunidos respetivamente; e este foi o panorama da rádio em Portugal que perdurou até ao golpe militar de 1974.

As rádios locais proliferaram em 1977, com a Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações que procedeu a uma profunda revisão do regulamento das Radiocomunicações de 1959, liberalizando a banda destinada à Frequência Modulada, alargando o limite superior de banda destinada ao FM para 108MHz. Esta resolução provocou o aparecimento de rádios pirata por toda a Europa ⁵. Em Portugal, este fenómeno surgiu, mais tarde, no final dos anos 70. E o grande ‘boom’ só se deu nos anos 80, em 1989 já se contava um número possível de 400 emissoras locais. *Para criar uma rádio bastava uma mesa de mistura e um emissor, muitas vezes construído artesanalmente pelos próprios locutores. Segundo Isidro Lisboa da Rádio Nova.*⁶ O tema das rádios piratas incidia na informação de proximidade, as emissões eram de cariz participativo davam voz aos cidadãos e aos seus problemas e traziam novidades, razão mais que suficiente para considerar a origem das rádios locais como um importante instrumento de democracia do cidadão local.

Estas rádios inovaram e experimentaram novos formatos, preenchendo espaços de criatividade que tinham sido deixados em aberto pelas rádios nacionais. O conteúdo programático não tinha grande definição, ou preocupação com as expectativas dos ouvintes. No campo da informação, concretizaram habilmente uma tendência de carácter local, dando notícias aos ouvintes da zona onde os retransmissores escondidos emitiam ilegalmente. (Cordeiro, 2004: 4)

⁵ Disponível em <http://www.rtp.pt/wportal/sites/radio/75anos/historia.php>, consultado a 19 de Agosto de 2012

⁶ Disponível em <http://www.vice.com/pt/read/ja-nao-ha-radios-pirata-mas-era-fixe-se-ainda-houvesse>, consultado a 13 de setembro de 2012

Lei nº87/88, de 30 de Julho

A sempre adiada Lei da Rádio acaba por surgir em 1987, Lei n.º 8/87, de 11 de Março, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 2/97, de 18 de Janeiro. Contudo, só a aprovação de um novo diploma, Lei n.º 87/88, de 30 de Julho, permitiu o aparecimento de rádios locais, enquadradas nesta lei no Artigo 6º - Fins da actividade de radiodifusão de cobertura regional e local de conteúdo generalista.

- a) Alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local;
- b) Preservar e divulgar os valores característicos das culturas regionais e locais;
- c) Difundir informações com particular interesse para o âmbito geográfico da audiência;
- d) Incentivar as relações de solidariedade, convívio e boa vizinhança entre as populações abrangidas pela emissão. Lei n.º 87/88, de 30 de Julho, Artigo 6º.

A primeira lei que regulamentava e definia o espectro radiofónico defendia o posicionamento do conteúdo noticioso local que estava salvaguardado no Artigo 12.º

As rádios de cobertura regional e local de conteúdo generalista devem produzir e difundir um mínimo de três serviços noticiosos respeitantes à sua área geográfica, obrigatoriamente transmitidos entre as 7 e as 24 horas e mediando entre eles um período de tempo não inferior a três horas. Lei n.º 87/88, de 30 de Julho, Artigo 12º

Este diploma, que vigorou por mais de doze anos, foi revogado pela Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, que, por sua vez, foi revogada pela Lei n.º 54/2010, de 24 de Dezembro, actualmente em vigor.⁷

Lei n.º 54/2010, de 24 de Dezembro

Atualmente, para a rádio, vigora a Lei nº 54/2010, de 24 de Dezembro que contempla as emissões de carácter local. No Artigo 11.º, está descrito para os serviços de programas de âmbito local, que integrem parcerias de serviços de programas, a transmissão no mínimo de oito horas de programação própria, não decomponível em mais do que seis blocos de emissão, entre as 7 e as 24 horas; estipulando a obrigação dos serviços de programas generalistas ou temáticos informativos de âmbito local a difusão de programação, incluindo informativa, com relevância para a audiência da correspondente área de cobertura, nomeadamente nos planos social, económico, científico e cultural.

⁷ Disponível em <http://www.gmcs.pt/index.php?op=cont&cid=78&sid=329>, consultado em 30 de Julho de 2012

Apesar da salvaguarda descrita na lei, no parágrafo anterior, para preservar a difusão de informação local, o Artigo 26.º Observância do projecto licenciado ou autorizado prevê a possibilidade da modificação da temática da classificação das rádios (generalistas ou musicais), mediante as seguintes condições: a) Um ano após a atribuição da autorização ou da cessão do respectivo serviço de programas; b) Dois anos após a atribuição da licença ou da cessão do respectivo serviço de programas, ou após a aprovação da última modificação.⁸

Tendo em conta o facto de que desde a entrada em vigor da Lei n.º 54/2010 de 24 de Dezembro, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social tem aprovado pedidos de alteração da classificação de projectos de rádio, de generalista para temática musical, e está a analisar outros processos para a alteração.

No jornal “Sol” é publicada a notícia “Nova lei da rádio está a calar as rádios locais”, no dia 17 de Junho de 2012. A publicação expõe os principais grupos de rádio, Media Capital, Música no Coração, Renascença e as cadeias de frequências associadas, que estão a alterar os projetos radiofónicos das suas rádios locais generalistas para rádios temáticas musicais, e a despedir os respetivos animadores e jornalistas, aproveitando as possibilidades que a nova lei oferece. José Carlos Oliveira, antigo jornalista da extinta Rádio Clube Matosinhos, hoje Rádio Nostalgia, presta o seu depoimento; e assegura temer o desaparecimento do jornalismo radiofónico local, e estabelece uma comparação relembrando o panorama que se viveu aquando a explosão das rádios piratas, ao qual o jornalista apelida *bagunça do espectro radiofónico*. Este cenário espelha o retrocesso, *as rádios locais estão a ser vendidas e transformadas, volta-se à estaca zero. Os concelhos estão novamente a deixar de ter voz própria.*⁹

Passados dois anos da entrada em vigor da lei, começam então a surtir os efeitos da mesma. A possibilidade e a aparente facilidade de alterar uma emissão de rádio generalista para uma temática musical, leva a uma reflexão sobre o corte na diversidade e variedade de conteúdos oferecidos pelos serviços de âmbito local, também sobre o corte dos recursos humanos para manter as emissões de carácter informativo, e ainda sobre a total centralização para um lugar, geralmente para a Capital, e claro gerando o défice no pluralismo, ao contrário daquilo que os estudos apontam.

Em conclusão, a notícia alerta que esta situação não é da inteira responsabilidade daquilo que foi estabelecido pela nova Lei, a conjuntura económica não dá tréguas às

⁸ Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/24800/0590305918.pdf>, consultado a 21 de Agosto de 2012.

⁹ Disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=52102, consultado a 20 de Agosto de 2012

rádios locais. Então, em contraponto, é noticiado no jornal Meios&Publicidade, a 1 de Julho, “Crise mais prejudicial do que Lei da Rádio”. José Faustino, presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão, assume uma postura muito própria e diz: “Há casos de rádios no interior que perderam 80 por cento da sua faturação, o que implica não ter dinheiro para pagar a eletricidade quanto mais ordenados ou indemnizações por despedimento”.¹⁰

Mais uma vez, o jornal Meios&Publicidade retoma o assunto, a 31 de Julho de 2012, com o título da notícia “Rádio Jornal do Fundão suspende emissão a partir de quarta-feira” A explicação para este facto é a falta de receitas que não permite a sobrevivência desta emissão, assim atesta Vasco Pinto Leite, o director da estação, *a empresa vai despedir as duas jornalistas que ali trabalham (...) não se conseguiram encontrar razões comerciais para manter a rádio.*¹¹

No dia 18 de Julho de 2012, o jornal Meios&Comunicação, lança a notícia “ERC quer impor blocos de informação nas rádios locais”. O burburinho em torno da Lei nº 54/2010, de 24 de Dezembro chega à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que *assume como “imprescindível a necessidade da sua intervenção a este nível, para garantia da diversidade da oferta radiofónica local, com respeito pelos direitos das populações à informação”*¹²

É fundamental garantir o pluralismo nas emissões locais, neste sentido está em discussão pública, até 30 de Setembro de 2012, um Projeto de Diretiva [•]/2012. A principal salvaguarda consiste no *respeito pelos direitos, liberdades e garantias pessoais das populações a que se destinam, (A ERC) impõe a difusão diária de, pelo menos, um serviço noticioso de interesse para a audiência da respetiva área cobertura, no período compreendido entre as 7h e as 20h.*¹³

Os efeitos da crise vão continuar a dar sinal da sua presença, sobretudo na comunicação social que espelha o cenário das rádios locais.

¹⁰ Disponível em: <http://www.meiosepublicidade.pt/2012/07/01/crise-mais-prejudicial-do-que-lei-da-radio/>, consultado a 21 de Agosto de 2012

¹¹ Disponível em <http://www.meiosepublicidade.pt/2012/07/31/radio-jornal-do-fundao-suspende-emissao-a-partir-de-quarta-feira/>, 22 de Agosto de 2012

¹² Disponível em http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=54664, consultado a 21 de Agosto de 2012

¹³ Disponível em <http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvltzOjM5OiJtZWRpYS9kZWNPc29lcy9vYmplY3RvX29mZmxpbmUvMTk4OC5wZGYiO3M6NjoidGl0dWxvltzOjlyOiJkZWxpYmVvYWVhby0xb3V0LXlyMDEyYlJt9/deliberacao-1out-r2012>, consultado a 22 de Agosto de 2012

Na opinião de radialistas e investigadores que nestes meses foram reagindo às notícias, sobretudo nas redes sociais, o estreitamento do pluralismo e o inevitável centralismo está a asfixiar a expressão de um país. A regulamentação aplicada às rádios e a atual conjuntura económica, vista pelos profissionais do meio, anuncia o fim das rádios locais, conforme a sua definição original e o seu principal objetivo.

A última atualização associada a este tema data do dia 17 de Agosto de 2012, com o título “Emissões regionais autónomas vão acabar na RDP Centro”, no site do jornal “Diário As Beiras”. No seguimento do assunto que tem vindo a ser desenvolvido comprova-se a asfixia que está a ser veiculada por decisões que perturbam a identidade nacional, exemplo disso é o facto da Entidade Reguladora da Comunicação Social não se opor ao encerramento do espaço diário de notícias e reportagens dos seis distritos da região Centro. A emissão regional está condenada, uma vez que a direção da estação entendeu integrar as edições desdobradas de rádio numa única emissão nacional.¹⁴

O balanço apresentado sobre a evolução das emissões locais, até aos dias de hoje, mostra a balbúrdia e o clima de transformação que a radiodifusão local atravessa.

O clipping apresentado e respetiva análise serve de alavanca para definir o tipo de jornalismo praticado nas rádios locais: jornalismo local e de proximidade. É essencial refletir sobre a importância do jornalismo local, a qualidade dos recursos e da prática jornalística (código deontológico e carteira profissional) e sobre a identidade nacional. Com intuito de ressaltar a necessidade da democracia e do pluralismo no combate ao medo.

Jornalismo Local e de Proximidade

Rádio comunitária

Apesar de não existir tradição das rádios comunitárias, em Portugal, é possível estabelecer pontos comuns com as rádios locais: a prática do jornalismo local e de proximidade, a relação estreita com a comunidade e a forte componente interativa.

Neste sentido pretende-se fazer uma abordagem às rádios comunitárias para melhor analisar o jornalismo local e de proximidade.

¹⁴ Disponível em <http://www.asbeiras.pt/2012/08/emissoes-regionais-autonomas-vao-acabar-na-rdp-centro/>, consultado 22 de Agosto de 2012

O contexto global da evolução da rádio comunitária situa-se em plena Guerra Fria, em clima de tensão, os Estados Unidos da América apoiam Vietname Sul num conflito militar contra Vietname Norte na luta contra o comunismo. Em 1963, Kennedy apoia o discurso proferido por Martin Luther King Jr (“I have a dream”), e é assassinado. Em 1964, os britânicos Beatles invadem a América, e por arrasto as míticas canções por todo o mundo.

Na década de 60, um movimento marcou um importante ponto de viragem na afirmação do aparecimento, e da diversidade de culturas: a Contracultura. O exemplo mais representativo, deste movimento, é o caso da cultura *hippie*.

Estes jovens interventivos impeliram a transformação da sociedade, e a expressão que melhor traduz o que os jovens transmitiram à sociedade foi “open your mind”, libertar a mente.

A possibilidade de considerar várias hipóteses, debater e discutir temas relacionados com a comunidade é fundamental para a concretização da democracia. *A perspectiva democrática atribui às rádios locais um papel importante na representatividade dos diversos grupos sociais que compõem uma comunidade.* (Bonixe, 2006: 158)

Ou seja, a comunicação social teve um papel preponderante nesta tomada de consciência, para a mudança de atitude e no protesto político; como mobilizadora e difusora de movimentos da sociedade civil.

E assim no fim dos conturbados anos 60, oriundas do grande turbilhão social, as rádios comunitárias uniram cada voz num coletivo de vozes.

Estas rádios livres nasceram da espuma fervilhante que restou dos movimentos político-sociais contestatários do final dos anos 60, especialmente em França, Inglaterra e Itália, que assim encontraram formas clandestinas de difundir as suas mensagens emancipatórias e de furar os monopólios estatais no sector das comunicações (Guattari cit em Portela, 2006: 46).

A existência das rádios tradicionais restringiam a participação das minorias, esta não era a típica plataforma que permitia a intervenção, nem a exposição das diversas opiniões. Ao invés, as rádios comunitárias contrariam a tendência do modelo unidirecional, em que o emissor transmitia uma mensagem ao recetor.

“Assume o desejo de liberdade ideológica dos seus promotores que não se reviam nos meios de comunicação tradicionais e procuraram assim criar uma voz alternativa que pudesse falar a todos os que partilhavam das mesmas ideias, sem qualquer tipo de constrangimento comercial ou ditado pelas audiências, pelo que o modelo de programação não tinha esse tipo de preocupações e era bastante flexível. (Portela, 2006: 46).

Finalmente a tecnologia estava ao serviço da comunidade, *como espaço simbólico de interação e de cognição, gera novas formas e possibilidades de comunicação, de trocas significativas e sociabilidade que constituem em si uma cultura específica.* (Bianco, 2005: 159)

O termo “comunidade” não se restringe a determinada área geográfica, o conceito é muito mais abrangente. “Comunidade” identifica um grupo com valores comuns, que através da particularidade diferenciadora das rádios comunitárias, a difusão dos valores característicos das pequenas comunidades, mobiliza a sociedade civil.

O que tem que ser partilhado entre os seus membros é um conjunto fundamental de interesses comuns, que poderão ser do âmbito político-cultural, de serviço comunitário, cultural religioso, étnico, ligados a minorias ou movimentos sociais, etc, mas que se manifestam como afirmação da sua oposição frontal aos sistemas de controle dos meios de comunicação de massa. (Peruzzo cit em Portela, 2006: 44)

As rádios comunitárias valorizam o aspeto social: impulsionam a participação e destacam os temas de maior interesse da comunidade. A emissão comunitária visa a consciencialização da comunidade, com o intuito de integrar e melhorar a qualidade de vida da sociedade civil.

As maiores conquistas em direção ao avanço da cidadania têm relação direta com o grau de consciência, organização e ação das forças progressistas da sociedade civil para fazer valer os seus interesses e necessidades. (Peruzzo, 1998: 7)¹⁵

Importância das Rádios Comunitárias

Dito de outra forma, como as rádios de cobertura nacional não dão a mesma atenção noticiosa nos seus programas a temas de uma certa especificidade local, cabe às emissoras de menor dimensão fazê-lo. As rádios locais aparecem assim como uma necessidade das populações (Flichy cit em Bonixe, 2006: 159).

A partir do excerto anterior podemos concluir que a hegemonia das rádios tradicionais praticam o jornalismo “cão de guarda”, transmitem opiniões e mensagens previamente filtradas por *gatekeepers*. As pequenas comunidades não intervêm, há um défice de pluralismo opinativo e um falha reflexiva. Neste sentido é importante apelar à consciencialização da comunidade, para refletir e conhecer os dois lados das problemáticas, para poder agir. Ou seja, ouvir e pensar para depois agir.

As rádios comunitárias mobilizam, incentivam a comunidade a participar, a refletir e a ter consciência sobre aquilo que a rodeia. O processo interativo, para além de

¹⁵ Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/7c/GT2- CELACOM- 06- Radio Comunitaria- Cicilia Peruzzo.pdf>, consultado a 27 de Agosto de 2012

espelhar as principais necessidades de uma comunidade, torna cada cidadão um sujeito ativo na participação do debate e na agenda pública;

(A comunidade) Passa a reconhecer-se enquanto elemento de um corpo social, passa a ter consciência das possibilidades geradas a partir da mobilização colectiva e os meios de comunicação comunitários funcionam como base para a difusão e intercâmbio social, técnico e cultural (Souza, cit em Portela, 2006: 44).

Ao contrário dos meios tradicionais que restringem a participação das pequenas comunidades, o conteúdo programático das rádios comunitárias resulta da interação da comunidade e do debate dos temas relacionados com a mesma.

Para Camponez, a intervenção da comunidade significa a democratização do poder, todos os cidadãos têm o poder de comunicar sem a imposição da intervenção de um *gatekeeper*. Neste modelo rejeita-se o Gatekeeper, não há um responsável ou critérios que definam aquilo que vai ser noticiado.

Recusa-se a ideia de jornalismo vigilante (cão-de-guarda) em favor do princípio de coesão social e de participação nos problemas da comunidade. Promovem-se formas de participação da comunidade nos media, recorrendo a géneros como a entrevista ou, simplesmente, chamando a própria comunidade a participar, de forma directa, na produção de conteúdos e, em alguns casos, no financiamento dos projectos (Camponez, 2002: 151)

Contudo, este tipo de jornalismo, que se aproxima do jornalismo cidadão, é uma ideia suscetível de alguma polémica. Em causa estão regras que os jornalistas profissionais, enquanto mediadores no cenário mediático, seguem, obdecem e respondem.

Este jornalismo fundamenta-se na vivência da comunidade, está no terreno diariamente, não existem fatores externos para controlar os acontecimentos que vão ser noticiados. *O jornalismo comunitário, assemelha-se a um jornalismo de trincheira no que se refere ao seu compromisso com a comunidade a que está ligado.* (Paiva cit em Camponez, 2002).

A rádio comunitária não descora apoiar a cidadania, nem a valorização da cultura local, através de *uma programação voltada para a conscientização e mobilização, informa, oferece entretenimento e presta serviço de utilidade pública.*¹⁶

A proximidade é um valor-notícia prioritário da rádio comunitária. Para captar a atenção da audiência é necessário difundir acontecimentos que tenham um grau de proximidade *que se expressa em três coordenadas: temporal, espacial e de interesses.*

¹⁶ Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>, consultado a 27 de Agosto de 2012

Estes são critérios importantes a ter em conta para conseguir um jornalismo atual, perto a nível geográfico e adequada ao público-alvo.

A proximidade no tempo é o que conhecemos como atualidade. (...) O recente, o quente. Quanto mais imediata for a transmissão do ocorrido, mais excitará nossa curiosidade. (...)

A proximidade no espaço se chama em torno. (...) Como círculos concêntricos, como anéis em torno da pedra que caiu na água, a distância geográfica diminui o interesse informativo. (...)

A terceira proximidade tem a ver com os interesses particulares do público ao qual nos dirigimos. (...) Os interesses se diferenciam de acordo com o gênero, as idades, a classe social, a cultura (etnias e linguagens diferentes) e a localização no campo ou na cidade. (Vigil, 1997:13)

Precisamente no seguimento da referência da “proximidade” como valor-notícia, a radiodifusão comunitária é perfeitamente adaptada à audiência e perfeitamente contextualizada, abordando temáticas de interesse comum, sem obdecer a quaisquer estereótipos.

A Comunicação Popular rompe com o modelo sistêmico-industrial de distribuição de informação adotado pelas grandes corporações, a comunidade passa a consumir sua própria produção, o discurso veiculado nestes meios é vivenciado pela própria comunidade, o que faz dele um discurso legítimo, rompendo com os discursos estereotipados quase sempre veiculados sobre essas comunidades (rurais, periferias, negros, mulheres, entre outros). (Souza, 2005: 397)

A programação das emissões comunitárias é diversificada ou linear, à semelhança daquilo que está descrito na atual Lei da Rádio, no artigo 8.º pontos 2. e 3. para classificar o tipo de serviços de programas radiofónicos: generalistas, *os serviços de programas que apresentem um modelo de programação diversificado* ou temáticos, *os serviços de programas que apresentem um modelo de programação (...) dirigidos preferencialmente a determinados segmentos do público.*

Em Portugal, não houve nem há Rádios Comunitárias, mas o seu modelo de comunicação e as suas características serviram de base, ou de inspiração, às Rádios Piratas: ao serviço da comunidade, conteúdos noticiosos feitos pelas comunidades, sem fins lucrativos e as principais funções eram formar, educar, informar e entreter.

A primeira emissão pirata nacional foi em 1977 *depois da libertação do fascismo, com a queda da censura e a conquista da liberdade de expressão, a rádio mostrou que o mecanismo analógico da sua comunicação poderia integrar outro, de carácter dialógico.*¹⁷

A partir de 1979, período pré-legalização, com a falta de regulamentação e consequente inundação das ondas de frequência modulada, a audição de rádio tornava-

¹⁷ Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>, consultado a 28 de Agosto de 2012

se difícil. As emissoras privadas estavam no ar e as piratas aguardavam licenciamento. Este panorama da rádio perdurou até ao fim da década de 80, revelando-se insustentável. No contexto evolutivo da rádio, no pós 25 de Abril, decorre “então a terceira fase, de regulamentação do sector que procurou dar resposta à necessidade de criação de uma lei que regulamentasse e pusesse uma certa ordem no panorama radiofónico num processo que terminou em 1989 com a legalização. (Cordeiro, 2004: 4)

Os conceitos “local” e “regional” convergem, “«quem diz imprensa regional diz informação local»” (Launay et al. em Camponez, 2002: 110)

Por outro lado, o autor Pedro Jerónimo distingue no jornalismo regional, os dois tipos de jornalismo que são objeto de estudo nesta reflexão: jornalismo local e o de proximidade. E o “Conceito que melhor define o jornalismo praticado na imprensa regional: local, regional, cívico, proximidade;”

Mas de acordo com outra opinião a imprensa regional ganha nova nomenclatura, em casos específicos, “em Lisboa e Porto não existe imprensa regional, o que há é imprensa urbana e suburbana” (Palmeiro cit. em Jerónimo, 2012: 24).

Assim se define o objeto de estudo: jornalismo local e de proximidade. Então numa perspetiva mais geral destaca-se o termo “local” que serve para definir determinado lugar; relativo à localidade, à terra, ou que se manifesta num ponto específico.

No estudo atual, pretende refletir-se sobre a informação local, que está confinada a determinado território, está espacialmente delimitada.

«a informação local é constituída por notícias que dizem respeito a uma área geográfica delimitada e relativamente restrita que se encontram reagrupadas, no jornal, em espaços próprios»” (Ringlet cit. em Camponez, 2002:109)

Na verdade a informação local não está delimitada ao território onde está inserida, diz também respeito à dimensão social; mais do que uma perspetiva territorial deve extrapolar-se para a dimensão social. Assim o defende Jule Gritti *tudo o que está claramente localizado do ponto de vista geográfico e sociológico* (Gritti cit. em Camponez, 2002:109)

A informação local distingue cada rádio local, e marca a diferença face à informação abordada na radiodifusão nacional. As emissoras locais são mais específicas e focadas, ou pelo menos deveriam ser, na informação local correspondente à área geográfica onde estão inseridas.

Nosty (Bernardo Díaz Nosty. 1997) defende que se tratam de meios especializados geograficamente, ou seja que devem apostar em estratégias que reforcem essa especificidade. Só assim, sublinha Nosty, os media locais desenvolverão a função para a qual foram criados, incrementando valores de cidadania e democracia.¹⁸

O esquema de comunicação subjacente à informação local *diz respeito à maioria das pessoas e membros integrados nesse sistema local* (Camponez, 2002: 109). Neste caso as notícias são elaboradas e adaptadas para serem transmitidas à comunidade.

A principal característica que distingue o jornalismo local é a proximidade que é *dada à componente de cidadania em relação à informativa, que emerge o jornalismo de proximidade* (Camponez, 2002)

No jornalismo de proximidade “Falamos do actor que pessoal e profissionalmente partilha o mesmo palco com outros actores, que ora são as suas fontes, ora o seu público, ora os visados das suas notícias... ou até mesmo as três situações em simultâneo. (Jerónimo, 2012: 25)

Rádio Local

O jornalismo local e de proximidade é um ponto em comum entre as rádios comunitárias e as rádios locais; mas cada uma assume características distintas e próprias. Em estudo focam-se as características das rádios locais.

PAPEL DA RÁDIO

A rádio desempenha um papel interventivo, fundamentalmente, como meio provedor de informações relevantes para alimentar o debate.

Nos meios de comunicação, a função educativa assume um papel preponderante na defesa dos indivíduos, em sociedade. Educar para fomentar quadros de pensamento próprios é incitar ao desenvolvimento social, através da participação consciente da comunidade.

Comunicação e educação devem encarar-se como poderosos aliados na construção dialógica da igualdade de oportunidades e, em última análise, da democracia participativa, só possível com populações esclarecidas, capazes de reflectir criticamente acerca do mundo que as rodeia e de agir em conformidade. Isto porque não haverá desenvolvimento sem a participação consciente, dinamismo, protagonismo e criatividade dos sectores populares (Caracristi cit em Portela, 2006: 39, 40).

¹⁸ Disponível em <http://radioejornalismo.blogspot.pt/2006/01/rdios-locais-e-globalizacao.html>, consultado a 29 de agosto de 2012

Uma das vantagens da radiodifusão é salvaguardar a imagem de quem opina, especificamente na emissão local, a opinião do cidadão é enfatizada em espaços dedicados à opinião sobre as preocupações concerne aos espaços públicos. Portanto o discurso deverá veicular opiniões, debates e polémicas em torno de assuntos recorrentes. As marcas discursivas utilizadas pressupõem formas de sociabilidade e saberes partilhados pela comunidade, *o conhecimento recíproco e partilhado por parte dos produtores e de públicos receptores das mensagens sobre os factos e realidades que estão na base das mensagens jornalísticas*. (Camponez, 2002: 94)

O meio deve ter disponibilizar rúbricas de carácter educativo para promover a cidadania, mas também deve entreter.

PAPEL DO JORNALISTA

A partir do meio, neste caso através da rádio, o jornalista serve de intermediário na seleção e organização das informações com *status* de notícia. Com base em critérios bem definidos, o jornalista recolhe e trata a informação pertinente de interesse à audiência e comunica-a.

Os atores que praticam um jornalismo de proximidade fazem parte da mesma comunidade, *a realidade é que são os que trabalham e residem nas regiões que mais próximos estão da população, e vice-versa*. (Jerónimo, 2012: 28)

A proximidade local e ideológica determina a hierarquia dos valores-notícia, para o jornalista definir o alinhamento das notícias. *É a proximidade que permite ao jornalismo perceber os conteúdos que determinam os valores-notícia, e a partir daí organizar os restantes elementos valorativos, como a novidade, a actualidade, a relevância, a consonância, o desvio e a negatividade*.

A proximidade é um elemento-chave no jornalismo, uma vez que torna a comunicação mais eficaz, a mensagem é melhor transmitida e por conseguinte melhor apreendida. No jornalismo de proximidade a escala de proximidade é ainda mais definida e restrita, isto é, é dado destaque aos assuntos que interessam apenas a uma comunidade específica numa área geográfica.

A proximidade é definida pelas vertentes temporal, geográfica, social e a psicoafectiva. A vertente temporal marca a distância do leitor face ao momento em que se deram os acontecimentos, mediante a aproximação do tempo. A geográfica está relacionada com a delimitação territorial começa no acontecimento da nossa rua, do bairro e alarga-se à região, ao país. O aspeto social é também uma influência, que tem

que ver com a sociedade/comunidade ou temáticas relacionadas coma a família, a profissão, a classe social, a religião, a ideologia ou a política. A proximidade pode ser determinada também pela componente psico-afectiva que integra valores como o sexo, a vida e a morte, a segurança, o dinheiro e o destino (Camponez, 2002: 117)

Um bom exemplo da importância da “proximidade” no jornalismo é a mediação dos acontecimentos mais distantes espacial e socialmente, como as grandes decisões das instituições europeias em Bruxelas, e o dia-dia dos cidadãos. Nos meios de comunicação de proximidade, estes conteúdos noticiosos devem ter uma abordagem local, e focar o impacto em quê e como é que uma decisão afeta aquela comunidade em concreto

(Media locais e regionais) podem traduzir em linguagem concreta as normas e legislação europeias, assim como são aquelas que podem chegar às instituições europeias os anseios e as dificuldades de cada região (...) a imprensa e a rádio regional e local, além de fornecerem informação credível, podem e devem funcionar como referencia e motor de mudança na sociedade em que se inserem (Silva cit em Camponez, 2002: 115)

Ou seja, o jornalista medeia a informação entre as fontes e a audiência. Esta função é fundamental na exposição de assuntos fundamentais para serem discutidas em hasta pública. Este é o objetivo fulcral de um jornalista, interceder informação importante para a consciencialização, reflexão e construção de quadros de pensamento próprios à audiência.

PAPEL DO PUBLICO

O público ou a audiência do meio corresponde ao consumidor final das notícias e fornecedor de *feedback* aos media.

Mediante a informação difundida através do meio, devidamente tratada pelo jornalista, o público toma consciência, reflete e intervém num debate promovido pela radiodifusão local.

Nos media regionais, dar tempo de antena ao cidadão é aproximar a comunidade do meio de comunicação e promover o debate das principais preocupações faladas em espaço-público.

Todo hombre debe ser visto y reconocido como un EMIREC, propone Cloutier; todo ser humano está dotado y facultado para ambas funciones, y tiene derecho a participar en el proceso de la comunicación actuando alternativamente como emisor y receptor. (Kaplún, 1998: 65)

O modelo de comunicação da maioria da imprensa regional, e de alguma nacional, é bidirecional. O indivíduo tem capacidade para atuar como emissor e como recetor num processo comunicacional, a intervenção da radiodifusão não é exceção.

A típica debitação de conteúdos, sem consentir a intervenção da audiência, torna o meio puramente teórico. Pelo contrário, a permissão do envolvimento de grupos dá maior abertura e melhor orientação na gestão e criação de conteúdos para o meio.

A proximidade na imprensa pode funcionar como uma *estratégia para recuperar imensas franjas de públicos que normalmente estão alheados dos grandes meios de comunicação de massa, quer pelo acesso ao seu conteúdo, quer pela possibilidade de se constituírem como sujeitos de comunicação* (Camponez, 2002: 114), ou seja, cativar diversos públicos e fazer dele definidor dos temas e participante ativo e na produção das notícias.

O papel do público é ser recetor e emissor, o consumidor final, como recetor, apreende informação, consciencializa-se e reflete sobre as problemáticas expostas; enquanto emissor, o público deve dar *feedback* ao meio, através do mesmo. Este processo, no fundo, é combater a ignorância e exercer o direito de cidadania e democracia, com base na pluralidade opinativa.

ROTINAS PRODUTIVAS

As rotinas produtivas são verticais e centralizadas na estrutura interna dos media.

As práticas do jornalismo local e de proximidade aproximam-se das mesmas que são aplicadas ao jornalismo em geral. No entanto, são os termos “local” e “proximidade” que melhor definem as rotinas de produção do jornalismo regional (local e de proximidade), uma vez que a base do jornalismo regional é maioritariamente informação local. Os conteúdos produzidos estão relacionados com o território onde estão inseridos.

Em relação ao acesso às fontes, os jornalistas que trabalham para meios de menor dimensão, apesar de conhecerem melhor os atores e os palcos de cada região, por outro, parecem ser os segundos a ter prioridade no acesso às fontes. Ou seja, é estabelecida uma diferenciação entre os jornalistas que trabalham para os meios de comunicação regionais e aqueles os que trabalham para os nacionais. No entanto, evidencia-se aqui a proximidade que os jornalistas regionais têm com os atores de palco e com o palco, e portanto têm um melhor conhecimento dos problemas da comunidade.

Algo que acentua, entre os entrevistados, a percepção de que existem jornais e jornalistas "de 1ª" (nacionais) e jornais e jornalistas "de 2ª" (regionais). (...) o jornalismo de proximidade é o que melhor se relaciona com os cidadãos, que conhece os seus problemas e necessidades.¹⁹

É com base na informação local que se estabelecem as rotinas de produção do jornalismo local. Através da apresentação de notícias de carácter local, do incentivo ao debate sobre temas de interesse público/comunitário, com a promoção da participação dos cidadãos, por via da manifestação da opinião individual em espaço-público, oferecendo-lhes tempo de antena.

O jornalismo local pode conseguir debater temas de interesse público e estimular a participação do cidadão com maior probabilidade de eficácia em função da proximidade com seu receptor. (...) os leitores interessados em participar do fórum sobre a atuação do periódico se inscrevem, “apresentam pautas, discutem o jornal, fazem críticas e ouvem explicações do editor chefe e outros editores sobre material publicado ou não, critérios, etc” (Ribeiro, 2005: 102)

Compreende-se que o facto dos meios locais estabelecerem relações mais próximas com as fontes e a aproximação temporal, geográfica, social, psicoafectiva junto do consumidor final são componentes essenciais para que o esquema de comunicação resulte.

RELAÇÕES ECONÓMICAS

Na imprensa local e de proximidade tradicional as relações económicas são necessárias, permanentes e organizadoras do sistema.

A imprensa regional, local e de proximidade, assume características bem definidas que contrastam em larga escala com as da imprensa nacional. A relação económica, justamente com a publicidade, é fraca. Por outro lado, a ligação mais forte que estabelece é com as elites locais, geralmente os meios locais estão associados à cor política da autarquia, à igreja, associações locais ou forças económicas da região.

Não podemos deixar de revelar uma situação concreta, bem elucidativa da atitude manipulatória do conselho de administração do jornal quando, em vésperas de eleições autárquicas, apelou aos jornalistas que tivessem uma atitude de autocensura ideológica. Segundo o jornalista, por eles foi dito: “meus senhores, os senhores aqui não podem dizer mal, nem da câmara municipal, nem do partido que a sustenta, os senhores aqui têm que desenvolver uma actividade em prol dos interesses da autarquia”. (Pascoal, 1996: 2)

¹⁹ Disponível em: <http://www.clubedejornalistas.pt/wp-content/uploads/2012/03/Jornalistas-49.pdf>, consultado a 30 de agosto de 2012

Com o apoio das autarquias, o jornalismo local e de proximidade não pode ser considerado totalmente isento, nem imparcial. Se ampliarmos à escala nacional, alegar-se-á que o governo tem a sua quota parte de influencia nos meios nacionais.

RELAÇÕES COM A SOCIEDADE

Os media locais estabelecem uma relação ocasional para manter a estrutura de funcionamento dos media. Isto é, a relação que a rádio local tradicional estabelece com a sociedade é importante para que funcione, mas não é necessária para garantir a organização do sistema de comunicação. Um modelo que se traduz num esquema de comunicação unidirecional, emissão e a transmissão de uma mensagem para um recetor, o contributo do recetor não é propriamente necessário para garantir o sistema de comunicação; uma vez que a sua função não passa por definir os temas, nem é participante ativo na produção das notícias. O objetivo dos profissionais dos meios de comunicação é consciencializar e fazer a comunidade refletir sobre as problemáticas que a afetam. Nas relações com a sociedade a comunidade não é um elemento crucial para garantir o sistema de comunicação das rádios locais. Logo, as relações servem para que os media funcionem, mas não são estritamente necessárias.

Quem tem voz nos órgãos de comunicação são essencialmente as elites locais, estas sim relações verdadeiramente necessárias, as forças económicas da região. A gestão dos conteúdos noticiosos é feita por *gatekeepers*, ou seja passam pelos filtros.

DEBATE PRODUZIDO

O esquema comunicacional do jornalismo de proximidade promove a interação entre o emissor e o recetor,

É fundamental que os locais pensem nas temáticas propostas, devidamente adaptadas na sua forma e conteúdo, tendo em conta o seu contexto sociocultural específico. Muitas das vezes assumem um papel duplo ao retransmitirem os noticiários das emissoras nacionais. *O que se obtém deste modo é um discurso legitimado pela própria vivência comunitária e pela validade do seu universo simbólico, sem o viés dos estereótipos veiculados muitas vezes pelos meios de comunicação dominantes* (Souza cit. em Portela, 2005: 43).

Permitir a interação entre o emissor e o recetor, e a emissão de conteúdos programáticos de base local adaptados à comunidade, constituem as ferramentas-chave para que um indivíduo possa criar uma linha de pensamento própria, em relação a

determinada matéria; e permitem ao indivíduo desenvolver uma maior capacidade para enfrentar a maior ameaça da democracia, a ignorância.

Contudo, tal como se referiu no tópico anterior, relações com a sociedade, o debate produzido nos meios locais tradicionais é dirigido pela elite e fragmentado pelos produtores de notícias. As rádios locais que estejam associadas e sejam financiadas pelos melhores grupos de poder: político, económico ou religioso; automaticamente os debates serão condicionados.

(...) os maiores proprietários da imprensa, principalmente a nível regional, são o Estado e a Igreja Católica. (...) São vários os constrangimentos de ordem política, económica, cultural e social que se deparam aos jornalistas durante o desempenho das suas funções, ou seja, na produção das notícias. (...) na imprensa portuguesa desenvolvem-se acções deliberadas com intuitos marcadamente de carácter manipulativo e repressivo da liberdade de imprensa. (...) numa sociedade, cujos princípios básicos são, potencialmente, a democracia e a liberdade, verifica-se a existência de várias formas de censura não oficializada. (Pascoal, 1996)

Rafael Antunes relembra um passado, não muito longínquo, através do documentário Lápis Azul²⁰

Importância das rádios locais

Retomando a parte inicial desta exposição, descrita na atual Lei da Rádio, a rádio tem como finalidade *contribuir para a informação, a formação e o entretenimento do público;*

Os meios de comunicação locais devem revelar informações indispensáveis à comunidade. Desta forma, abrem-se os horizontes dos locais, que informados ganham poder para se consciencializarem e refletirem sobre as mais diversas problemáticas ou acontecimentos mais próximos que os afetam direta ou indiretamente.

Uma vez mais recorre-se à atual lei da rádio que descreve a importância de *promover a cidadania e a participação democrática e respeitar o pluralismo político, social e cultural*. A radiodifusão deve investigar casos e acontecimentos importantes para alertar os cidadãos, que devem estar conscientes sobre o que se está a passar, para que possam intervir na tomada de qualquer decisão pública.

O jornalismo como 4º poder, neste caso jornalismo local portanto poder local, cria mecanismos de defesa para que os cidadãos possam agir com consciência. O

²⁰ Lápis Azul, Rafael Antunes, disponível em: <http://vmais.rr.sapo.pt/default.aspx?fil=380654> , consultado a 13 de Setembro de 2012

cidadão nunca se pode esquecer que de fato detém o poder de decisão para eleger os líderes, mas não se pode deixar aliciar pelas promessas que nunca serão concretizadas.

Por fim, também se integra o entretenimento nas funcionalidades da rádio. Os programas de animação constam em muitas emissões radiofónicas, e podem ser fundamentais se inteligentes, através da sátira, escárnio e mal dizer, fazem refletir de uma forma divertida.

As rádios locais desempenham um papel preponderante na divulgação da informação de proximidade, uma vantagem face à imprensa nacional. *Apesar de a sua composição empresarial ser maioritariamente frágil, a informação de proximidade tem uma enorme importância social e cultural no nosso país.* Cabe aos media locais assumir um papel como instrumentos de promoção do desenvolvimento do país à escala local, distrital e regional, para que se possa transpor à escala global.

Se houver um pequeno motor, em cada região que gere energia motriz, então o conjunto de motores desenvolve o país. À escala global, os acontecimentos locais ganham uma crescente importância para o desenvolvimento e afirmação económica, cultural e social das regiões e do país.

A radiodifusão local/proximidade/regional corre sérios riscos de subsistência, pelo que a atual lei da radio e a conjuntura económica não favorecem a continuidade deste meio. Ou seja, há necessidade de desenvolver políticas verdadeiramente dinamizadoras de capacidade empresarial das empresas de comunicação regional e local, para desenvolver o país. Fica o incentivo, as empresas de âmbito nacional devem explorar as potencialidades, e apostar na *criação de sinergias fortes entre as pequenas e médias empresas da informação de proximidade.* (Duarte, 2005: 92)

As perspetivas para o modelo de negócio da informação de proximidade são animadoras, *tem um potencial de crescimento muito grande, que deve ser convenientemente aproveitado pelos jornais e pelas rádios que cumprem efectivamente esta função.* (Duarte, 2005: 188)

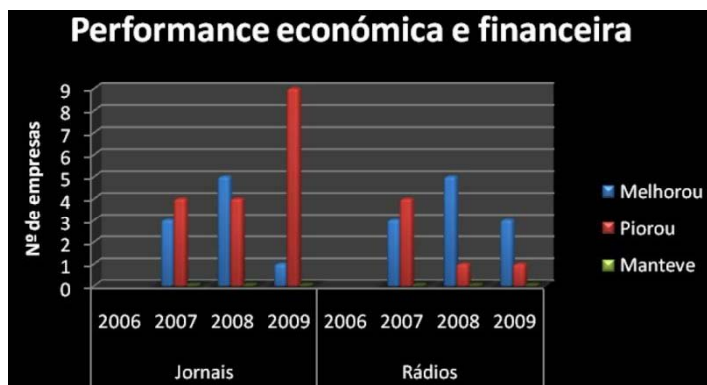


Ilustração 1

Performance económica e financeira – Paulo Faustino²¹

Os melhores argumentos para garantir a continuidade da radiodifusão local portuguesa são a programação mais específica, as temáticas diferentes, um sotaque familiar, a exclusão da excessiva publicidade da banca, dos automóveis ou das telecomunicações (poderosos monstros económicos) tão regular nas rádios nacionais. A função dos media regionais é disponibilizar, aos cidadãos, instrumentos de democracia, e isso é o mais importante.

Recursos e Prática jornalística

A qualidade dos recursos e da prática jornalística interfere no principal objetivo das rádios locais, transmitir informação credível e de interesse comunitário. As mensagens transmitidas constituem uma ferramenta importante para a formação da opinião dos cidadãos.

O estatuto profissional do jornalista exige habilitação *com o respectivo título, o qual é emitido e renovado pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista*, salvaguardado pelo Código deontológico²², descrito no artigo 4º.

Para além daquilo que está descrito no código deontológico, o profissionalismo e a ética jornalística definem-se por valores fundamentais, definidos pelos nove princípios descritos por Kovach et Rosenstiel. Sempre em prol do cidadão, as obrigações devem ser para com a verdade e a lealdade. O processo de tratamento da informação deve basear-se no princípio da verificação, através de uma severa disciplina, mantendo o mais possível a independência na cobertura das notícias *deve servir como um controlo independente do poder*. O jornalista deve, também, lançar temas a debate público para

²¹ Disponível em <http://www.erc.pt/documentos/ERCImprensaLocaleRegionalfinal.pdf>, consultado a 13 de Setembro de 2012

²² Disponível em: <http://www.jornalistas.eu/?n=26>, consultado em 28 de Julho de 2012

serem discutidos e analisados pela audiência. Apelar às questões de maior interesse, e não protagonizar às histórias mais sensacionalistas e com menos importância.

Deve garantir notícias abrangentes e proporcionadas; aqueles que o exercem devem ser livres de seguir a sua própria consciência. Uma abordagem que reforça a importância do cidadão como principal mobilizador e participante das rotinas de produção. (Kovach et Rosenstiel, 2004: 22, 23)

Regra geral, a qualidade e o profissionalismo jornalístico das rádios locais nem sempre é o mais exemplar. A maioria das rádios locais assenta no *modelo predominantemente amador e protecionista (...) um subsector que, não sendo público, está fortemente dependente das ajudas do Estado*. Grande parte dos meios regionais não contratam profissionais, a maioria dos meios locais sobrevive à custa do voluntariado, o que se reflete, por vezes, na falta de qualidade do produto final e na consequente falta de audiência em muitos casos, de jornais e rádios” (Duarte, 2005: 168)

Apesar deste panorama generalizado, são os profissionais deste tipo de jornalismo amador e protecionista que estabelecem relações de maior proximidade com os atores de palco da sua região. Por outro lado, é a imprensa nacional que parece ter prioridade no acesso às fontes. (Jerónimo, 2012: 27)

As rádios locais apresentam-se como um dos meios mais frágeis da comunicação social, porque apesar das regras de licenciamento que a lei prevê, muitas são as rádios que carecem do profissionalismo jornalístico. Para além de não cumprirem o tempo estipulado para a informação, *o número de horas de emissão obrigatória aponta ainda para a falta de recursos humanos para assegurar a percentagem obrigatória da emissão informativa* (Duarte, 2005: 51)

As rádios locais são importantes caso a informação veiculada corresponda à exigência dos critérios profissionais jornalísticos, para assim garantir a qualidade daquilo que é transmitido, o conteúdo informativo.

Identidade nacional

Nos últimos anos, profissionais e investigadores têm vindo a manifestar o receio de que o potencial da informação de proximidade e das rádios locais está a ser desperdiçado. Consequentemente não há desenvolvimento cultural, social e muito menos afirmação económica. É possível mostrar a importância da informação de proximidade através de outra perspetiva, a identidade nacional.

Cada região tem a sua própria riqueza, os seus costumes, tradições, gastronomia, lendas, a sua comunidade.

É necessário que o País olhe para a informação de proximidade como um suporte estruturante do conhecimento, do desenvolvimento e da coesão e identidade nacional (Duarte, 2005: 92)

No seguimento desta exposição, é possível discernir que a informação é democracia, e constitui uma importante ferramenta de arremesso contra a ignorância e a implantação de sistemas de carácter ditatorial. *A informação ocupa aqui o lugar imprescindível enquanto elemento no processo de tomada de decisão e enquanto instrumento essencial da democracia.* (Camponez, 2002: 151)

Tendencialmente os meios de comunicação tradicionais apresentam um modelo de comunicação unidirecional, mas seria mais democrático se apresentassem um modelo no qual o emissor e o recetor, ambos, pudessem emitir e receber mensagens.

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele.”²³

A emissão de informação de qualidade significa democracia, e a interação, através do modelo bidirecional mencionado por Kaplún, é importante na medida em que fomenta a proximidade da comunidade nas problemáticas relacionadas com o seu meio. *Kaplún defende que o Homem deve utilizar meios para falar, pressupondo assim a criação de oportunidades reais para a sua capacitação enquanto ser actuante* (Kaplún cit em Portela, 2006: 39)

A principal funcionalidade dos meios de comunicação é ampliar a cidadania, facultando a intervenção da comunidade em debate, esta distribuição do poder cumpre o objetivo educacional.

É justamente no processo de mobilização para a ampliação da cidadania que as rádios comunitárias têm relevante papel a desempenhar. Elas podem contribuir efetivamente para o avanço do desenvolvimento social e local a partir de várias maneiras, desde os conteúdos que divulgam até a participação no próprio processo de fazer rádio. (Peruzzo, 2006: 7)

O modelo bidirecional pressupõe a colaboração entre o emissor e o recetor da mensagem, que muitas vez invertem os papéis, e ambos desempenham o papel de sujeitos ativos na participação/transmissão da mensagem. *Em suma, comunicação e educação devem encarar-se como poderosos aliados na construção dialógica da igualdade de oportunidades* (Caracristi cit em Portela, 2006: 40).

É neste sentido que se reflete para a importância da comunicação local e de proximidade como uma plataforma influente na educação cívica e na criação de

²³ (Brecht trad. Carvalho e Valci, <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/o-radio-na-visao-de-bertolt-brecht-em-1932>)

mecanismos para promover a democracia, a nível comunitário originalmente e expandir-se à escala nacional. Foi no intuito de contribuir para ajudar a rádio a encontrar a sua função que Brecht apresentou a sua Teoria da Rádio, em 1932, na qual defende a necessidade de a converter de *aparelho de distribuição em aparelho de comunicação*, numa tentativa de fazer dela uma *coisa realmente democrática* (Brecht, 2005).

Os meios de comunicação, neste caso a rádio, devem traduzir a realidade social *segundo múltiplos ângulos de observação, recusando o papel de simples distribuidor de informação ou propaganda ou, tal como o viu Mário de Andrade (2005), de mero «instrumento de convencimento e anúncio».*

Esta transparência permite à comunidade uma melhor perceção da vida pública, evitando uma função meramente decorativa e permitindo aos seus actores um papel socialmente interventivo. Quebrando a *praxis* de delegar por inteiro nos políticos o exercício da cidadania.²⁴

A identidade nacional revela-se através de cada indivíduo, para um coletivo.

É importante a noção coletiva dos trunfos e das melhores ofertas locais, no sentido de cativar e conquistar o indeciso a apostar no nosso país. A promoção do orgulho local, e consequentemente nacional é necessário para nos creditar.

CAPITULO II

Jornalismo Local e de Proximidade a Prática

O 4º poder tem destas coisas, os meios de comunicação são poderosos e à semelhança daquilo que se passa hoje com a Internet, também já se passou com a rádio.

É perceptível que a poderosa rádio, de mansinho e sem regulamentação, proliferou e deu voz a quem não a tinha? Isto é uma ferramenta crucial na concretização da **democracia**, no combate à burocracia, para a consciencialização da comunidade local. A promoção da reflexão sobre as mais variadas problemáticas, incentivar a participação e a interação dos cidadãos, emissão de programas destinados à cidadania, distinguir e realçar cada comunidade e contribuir para a **identidade nacional**.

Não existem modelos de jornalismo local e de proximidade perfeitos, mas a comunicação social ao serviço do cidadão já esteve mais perto de se concretizar. Os

²⁴ (Brecht trad. Carvalho e Valci, <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/o-radio-na-visao-de-bertolt-brecht-em-1932>)

meios de comunicação estão sujeitos aos poderes instalados, sejam políticos ou económicos.

Nesta segunda parte do relatório, com base naquilo que foi referido anteriormente, o estudo de caso incide sobre uma rádio local do Porto que completa 23 anos, no presente, a Rádio Nova.

A emissão da Rádio Nova surgiu em 1989, por esta altura vivia-se um ponto de viragem para a história da Rádio em Portugal. Após a explosão das rádios piratas, foi necessário regulamentar o espectro radiofónico com a Lei nº87/88, de 30 de Julho. Estas regras estipularam qual a definição e quais as funcionalidades da Rádio, nesta altura a emissão da Rádio Nova já estava consolidada, até aos dias de hoje.

No sentido de detetarmos quais as características mais vincadas desta rádio, serve a entrevista de João Paulo Meneses (ver anexo 1), 1º chefe de redação, para descrever a Rádio Nova de há 22 anos.

Tida como uma emissão equilibrada, a maioria dos programas emitidos eram de carácter informativo, *mas, estando no Porto, e havendo menos atualidade, apostou-se também em programas de música*. João Paulo considera que existia muita concorrência, sublinhando o período pós-legalização, com a explosão das rádios piratas, existiam muitas emissões. E afirma que naquela altura a interação com a audiência era nula.

Em 1989, a linha editorial da Rádio Nova, ou seja os valores-notícia adotados eram *Muita atualidade, muita notícia, muita proximidade (Porto), mas com rigor e equidade*. A informação local assumia um lugar de destaque no alinhamento das edições informativas, uma aposta que permitiu à Nova alcançar *17% de audiência, um valor absolutamente impensável*, ao fim de um ano. O tempo de cobertura da informação local/regional, ou seja o tempo total na programação na Rádio Nova, rondava uma percentagem entre os 30 a 40%

A propósito do modelo predominantemente amador e protecionista, mencionado na publicação informação de proximidade jornais e rádios do autor Feliciano Duarte, João Paulo Meneses, o primeiro chefe de redação, considera que a *Rádio Nova era um projeto altamente profissional, assente num modelo de gestão económico e empresarial, em que a publicidade, local e nacional, representava a principal fonte de receitas; após o investimento inicial do Grupo Sonae, a Rádio rapidamente se autonomizou como negócio*.

Passados 22 anos, a Rádio Nova mantém-se “de pedra e cal”, mas agora com um perfil diferente, antes mais informativo, agora predominantemente musical. À semelhança da

caraterização do início da Rádio Nova através da entrevista ao chefe de redação desta emissora há 22 anos, também por meio da entrevista, mas desta vez ao chefe de redação atual (ver anexo 2), traça-se o atual perfil da RN. *A filosofia da Rádio Nova assenta em duas ideias fortes: selecção musical de qualidade e informação rigorosa e concisa.*

Segundo o artigo 35º da Lei 54/2012 de 24 de Dezembro, a Rádio Nova não é considerada uma emissão generalista, uma vez que não garante (durante o fim-de-semana) de forma regular e diária, pelo menos, três serviços noticiosos entre as 7 e as 24h. *A Rádio Nova é uma rádio musical onde também marca presença a informação. A antena desta rádio emite uma maior componente musical, cerca de 90% por música. O restante é informação, onde se inclui as edições e as rubricas. O trânsito é também uma aposta forte da Rádio Nova, que pretende dar as melhores informações a quem a ouve.*

Manuel Costa Leal, atual chefe de redação da Rádio Nova, considera a existência de alguma concorrência e admite o estímulo para fazer mais e melhor. No entanto, um melhor trabalho é desenvolvido para estar em sintonia com a audiência.

A rádio é o meio de comunicação que potencia uma maior proximidade entre o emissor e o recetor, *não só pela estrutura da comunicação como por se assumir como um meio de comunicação que potencia a participação dos recetores.* Neste caso, a proximidade é definida pelos conteúdos, porque se trata de uma rádio local que aborda os assuntos da região.

Orientada para a cidade do Porto, os valores-notícia, subjacentes à linha editorial da antena, dão prioridade à informação da região do Grande Porto sem *dissociar da sua História no contexto do desenvolvimento económico, cultural e social*, na hierarquia cabem também a informação nacional, sociedade, desporto e cultura. *A Nova é uma Rádio que aposta sobretudo na música. Sobra pouco tempo para a informação.* No entanto é a informação local que tem destaque no alinhamento da edição de notícias, e o tempo de cobertura pode ocupar os 3 minutos do bloco informativo, caso se justifique.

O atual chefe de redação considera que o modelo predominantemente amador e protecionista, apesar de ainda vigorar no panorama geral da comunicação social local/regional, não se enquadra no modelo da Rádio Nova, uma vez que *predomina um modelo de tipo empresarial, ou seja, autónoma.*

A tabela pretende estabelecer um balanço das descrições facilitadas pelos chefes de redação, o primeiro e o atual, da Rádio Nova.

	1989	2011
Papel da Rádio	Destaque da informação de proximidade.	Destaque da informação de proximidade.
Papel do Jornalista	Atualidade, Proximidade, Rigor e Qualidade	Proximidade, Nacional, Sociedade, Desporto e Cultura
Papel do Público	Quase nula	Proximidade pelos conteúdos
Rotinas Produtivas	+ Informação – Música	+ Música – Informação
Relações Económicas	Projeto Profissional	Modelo Empresarial
Debate Produzido	-	-
Concorrência	Muita concorrência, período pós-legalização	Alguma, mantém o nível de competição.

Ilustração 2

A leitura da tabela permite estabelecer uma evolução cronológica das alterações e daquilo que se manteve na emissão. Num balanço, através das entrevistas efetuadas ao 1º e ao atual chefes de redação da emissão da Rádio Nova, poucas são as diferenças em relação ao tempo reservado à informação que continua a ser no jornalismo local e de proximidade. No entanto, antes havia um grande investimento na informação local mas também na nacional e internacional; com vários repórteres no estrangeiro para cobrir acontecimentos e uma rede de correspondentes em todos os continentes. Apostava-se na reportagem e nos programas de grande informação. A rádio arrancou aí com 30 jornalistas e uma parceria com a TSF para retransmissão dos relatos de futebol e alguns noticiários. Hoje, são 4/5 jornalistas, a informação resume-se a noticiários de síntese sem reportagem.

A estrutura global da rádio inverteu as prioridades; se por um lado no início a componente informativa foi um trunfo para conquistar até 17% de audiência, atualmente a Rádio Nova oferece cerca de 90% de emissão musical. No entanto, os elevados níveis, critérios e valores-notícia do jornalismo praticado mantêm-se. João Paulo Meneses salienta a *atualidade, proximidade, rigor e equidade*, Manuel Costa Leal hierarquiza os critérios da edição noticiária pela ordem: *proximidade, nacional, sociedade, desporto e cultura*.

De facto, há uma grande preocupação e responsabilidade em atender à informação local *Se se justificar, pode ocupar todo o noticiário ou seja, cerca de 3 minutos*. Há 22 anos atrás, integrar informação local no alinhamento da edição informativa era uma prioridade, e era a informação local e de proximidade que ocupava entre 30 a 40% do tempo total da programação.

Portanto, o *rigor e a equidade* do jornalismo praticado há 22 anos atrás, referido pelo 1º chefe de redação, mantem-se, assim garante o atual chefe de redação, com *informação rigorosa e concisa*.

Na primeira parte estudou-se a evolução cronológica da rádio local, sua definição, funcionalidades, importância. Desta forma expõe-se a evolução da Rádio Nova, comparando a emissão inicial com a atual. O estudo de caso foca a atual emissão.

Atualmente a Rádio Nova descreve-se como uma emissão urbana, cujo público-alvo é a população da Área Metropolitana do Porto. Em antena há 22 anos, a emissão da Nova sempre se apresentou um produto diferente, com uma programação assente em música de qualidade e diversificada e com blocos informativos rigorosos e concisos. Para além disso, uma das apostas fortes é a informação de trânsito com dicas para evitar filas; uma cobertura que nos anos áureos era feita de helicóptero ou mota, mais tarde com carro e agora é feito por telefone.

Este órgão de comunicação social é chefiado pelo diretor geral Mário Jorge Maia, e está subdividido em cinco departamentos: animação, informação, produção, comercial e financeiro. O coordenador geral da animação é o Joaquim Mota, que gera a equipa de sete animadores. A informação é coordenada pelo jornalista Manuel Costa Leal e constituída por mais três jornalistas. Na produção trabalham dois profissionais e no departamento comercial atuam cinco comerciais. Finalmente, o departamento financeiro com uma responsável. O gráfico da estrutura hierárquica da Rádio Nova para ver no anexo 3.

A RN tem quinze programas, entre rubricas informativas, rubricas musicais, programas de música e programas patrocinados, ver no anexo 4.

O Estágio

O estágio na Rádio Nova, descrito neste relatório, decorreu durante o período entre 3 de outubro de 2011 a 3 de janeiro de 2012. A função desempenhada neste estágio foi na área da informação, como jornalista.

No estágio, a minha maior fragilidade e insegurança foi ir para “o ar” e editar, apesar dos jornalistas me aconselharem a ver as edições anteriores; aquilo que me impediu foi alguma dificuldade em pensar a hierarquia das notícias. Relativamente às atividades desenvolvidas, aquela que fiz com mais frequência foi a edição de som. A minha função era cortar o bocado de áudio que servia como depoimento para sustentar a

notícia. Mas é a reportagem que supera todas as expectativas, sair com o bloco em branco e o gravador vazio, e voltar com anotações e rasuras no bloco, e depoimentos no gravador é um desafio com muito *stress* e adrenalina, mas muito saudável. Saí em reportagem na implosão da Torre 5 do Bairro do Aleixo uma notícia que gerou polémica e que teve impacto nacional. Nesse dia, eu e a outra estagiária, a Rita, chegamos ao local no carro da Rádio Nova. Eu fiquei no perímetro de segurança a observar o ambiente e o comportamento dos jornalistas profissionais, ao fim de aguardar duas horas, à chuva, e já ter contemplado a engenhoca telecomandada voadora que tirava fotografias, eis que soa o aviso. O som intermitente, que parecia fogo-de-artifício, antecedeu a queda espetacular da Torre 5 do bairro do Aleixo, subitamente uma mancha de pó condensada permaneceu na zona da implosão. A este acontecimento sucedeu-se a reação dos moradores da Torre demolida e os das que ainda estão ao alto; ainda se gerou alguma confusão, umas pedras e garrafas no ar, mas pelo que disseram os restantes jornalistas podia ter sido pior. De regresso à redação, com as declarações do comandante e dos moradores, entre outros, faltava compor a peça. Baseada nos meus apontamentos e nos depoimentos desenvolvi o texto e com a ajuda do jornalista Manuel Costa Leal foi possível recriar o momento que tinha sido vivido há bocado. (ouvir áudio 1)

A reportagem das Caxinas foi uma verdadeira corrida contra o tempo. O resgate dos náufragos das Caxinas foi uma ótima notícia, eu estava de metro a caminho da Rádio Nova, quando o Manuel Costa Leal me ligou para eu ir fazer a cobertura. Assim foi, dirigi-me para perto do mercado do peixe das Caxinas e lá recolhi os testemunhos, através de uma chamada telefónica para a Rádio Nova. De seguida dirigi-me para a Câmara Municipal de Vila do Conde, e subi com a equipa de reportagem do Porto Canal que estava mesmo a chegar; o Manel a partir da redação da Rádio Nova gravou a chamada telefónica e compôs a notícia do alinhamento daquela hora. (ouvir áudio 2)

Outra reportagem empolgante foi a da “Ach Brito” que integrou os casos de sucesso. Na primeira semana de janeiro, para arrancar em onda positiva apresentou-se a cada dia da semana um caso de sucesso. Para além do fascínio pessoal pela aquela fábrica, as expectativas da receção foram para além do que esperava. Mais uma vez, com o gravador na mão recolhi os sons de fundo e a visita guiada feita por José Fernandes, diretor geral da empresa. Na redação tive ajuda da jornalista Rute Marinho para fazer a montagem da peça. (ouvir áudio 3)

No geral, as tarefas desenvolvidas foram: entrevistas telefônicas, reportagem, edição de texto, edição de som, leitura de textos jornalísticos, revista de imprensa, GPS, Infoterapia, leitura do Infoterapia, informação, web, manhã e Livro Aberto; segundo as categorias de informação: Local, Local/Nacional, Nacional, Local/Regional, Internacional ou Local/Internacional.

Definição das categorias

Local: notícias de âmbito local e impacto local;

Local/Nacional: notícias de âmbito local com impacto nacional;

Nacional: notícias de âmbito e de impacto nacional;

Local/Regional: notícias de âmbito local com impacto regional;

Internacional: notícias de âmbito e com impacto internacional;

Local/Internacional: notícias de âmbito local com impacto internacional;

Trabalho desenvolvido

Entrevistas telefônicas dos meses: outubro, novembro e dezembro de 2011

As entrevistas telefônicas foram realizadas na cabine da Rádio Nova em condições próprias para o efeito, onde é possível captar sons da televisão, de outras rádios e de chamadas telefônicas.

Tal como se pode comprovar, no anexo 5, pelas cores, no mês de outubro, sem contabilizar a ronda de trânsito, efetuaram-se 8 entrevistas em 12 locais (67%), 2 entrevistas em 12 Local/ Nacional (17%) e o mesmo número da categoria Nacional (17%).

No mês de novembro, houve uma incidência de entrevistas telefônicas Locais 9/15 (60%), 2 Local/Nacional entrevistas em 15 (13%), um número igual para a categoria Nacional, uma entrevista para regional em quinze (7%) e finalmente 1/15 para internacional.

Por fim, em análise às entrevistas telefônicas do mês de dezembro, foram efetuadas 3/9 (34%) entrevistas Locais, 3/9 (34%) Local/Nacional e 3/9 (34%) Local/Regional.

Em balanço, nos meses de outubro e de novembro houve uma maior incidência de entrevistas telefônicas a nível Local, ou seja, recolha de informação para notícias de âmbito e com impacto local. No mês de dezembro a percentagem de notícias locais foi a mesma que as restantes, notícias Local/Nacional e Local/Regional. A entrevista

telefónica que se registou menor percentagem foi na categoria Internacional, no mês de novembro.

Reportagens dos meses: outubro, novembro e dezembro de 2011

As reportagens foram feitas fora do estúdio e da redação da Rádio Nova, foi em campo; com recurso ao gravador de voz, só depois editadas em estúdio.

A tabela das reportagens dos meses de outubro, novembro e dezembro, no anexo 6, suporta a seguinte análise. Em outubro, foram efetuadas 3 reportagens locais em 4 (75%) e apenas uma em 4 (25%). Em novembro, 3 das entrevistas em 5 foram de âmbito local, mas com impacto nacional (60%). As restantes foram, uma de âmbito e impacto local (20%) e a outra de âmbito local, mas de impacto regional.

Finalmente em dezembro, das seis reportagens efetuadas em campo 3 são de âmbito local e têm impacto nacional (50%), duas de âmbito e impacto local (34%) e outra foi de âmbito local, mas com impacto regional (17%).

No mês de outubro, a maior parte das reportagens foi de âmbito local e teve impacto local; no mês de novembro a maior percentagem de reportagem foi na cobertura de acontecimentos locais com impacto a nível nacional. Por fim, o mês de dezembro semelhante à situação do mês de novembro 50% das reportagens de âmbito local com origem nacional. Ao longo destes meses, das reportagens efetuadas a categoria com menor cobertura foram as notícias de âmbito local, mas com impacto regional.

Edição de textos dos meses: outubro, novembro e dezembro de 2011

A edição de textos consiste na produção da notícia, mediante a informação disponibilizada e acrescentar as “entradas” para que o jornalista possa dar seguimento à notícia.

Através das tabelas com as edições de textos dos meses: outubro, novembro e dezembro de 2011, no anexo 7, faz-se o balanço.

No mês de outubro, foram editados 9 textos locais sobre um total de 13 (69%), apenas dois textos de âmbito local com impacto nacional (15%), um texto com impacto nacional (7%) e também um texto de uma notícia (7%) que ocorreu a nível local mas que teve um impacto a nível regional.

No mês de novembro, a percentagem mais alta continua a ser da categoria local, com seis entrevistas num total de quinze (40%), dois textos em treze de notícias de

âmbito local com impacto nacional (13%), três edições de texto na categoria nacional (20%), duas edições na categoria Local/Regional (13%) e também duas edições de notícias internacionais (13%).

Finalmente no mês dezembro, a percentagem da edição de textos da categoria local baixou para as quatro edições em catorze (29%), aumentou a edição dos textos relativos a informações locais com impacto a nível nacional para 36%, assim como a categoria Local/Regional também aumentou para 36%.

Edição de som dos meses: outubro, novembro e dezembro de 2011

A edição de som consiste em recortar o ficheiro de som, em Adobe Audition, as declarações que atestam a notícia. (ver anexo 8)

Em outubro, a maior parte da edição de som foi da categoria local (63%), depois a edição das notícias nacionais (19%), cerca de duas edições na totalidade das dezasseis e por fim a edição de uma notícia local com impacto regional (6%).

Em novembro, a maior parte da edição de som foi das notícias de âmbito local com respetivo impacto (42%), mas durante este mês houve mais edição de notícias locais de impacto nacional, com a mesma percentagem (11%) a edição de dois sons da categoria nacional, da local/regional e internacional.

No mês de dezembro, a edição de som das notícias de carácter local liderou, mas a frequência foi menor face aos meses anteriores (35%). Neste mês houve mais edições de som de notícias de âmbito local com impacto nacional (29%), mais edições de âmbito local com impacto regional, quatro em dezassete (24%) e a nível nacional duas edições (12%).

Informação

A produção para a informação, no mês de outubro, foi maioritariamente local (71%), foram efetuadas dez produções num total de catorze.

No mês de novembro, num total de dezasseis entrevistas, em menor percentagem (44%), produziram-se sete conteúdos noticiosos de âmbito local e impacto local, ficando mais dispersa a restante produção de conteúdos nacionais, de âmbito local (25%) com impacto nacional e de âmbito local (19%) com impacto regional ou internacional (12%).

No mês de dezembro, metade dos conteúdos noticiosos foram de âmbito local e com impacto local, seguido pelos conteúdos de âmbito local com impacto nacional (38%) e finalmente um conteúdo de âmbito local com impacto regional. (ver anexo 9)

Leitura de textos jornalísticos dos meses: outubro, novembro e dezembro de 2011

A locução de informação é gravada na mesma cabine onde são efetuadas as entrevistas telefónicas. O microfone está ligado a uma mesa de mistura, e esta por sua vez ligada a um computador, que grava a locução num ficheiro de som, para posterior edição. (ver anexo 10)

No mês de outubro não foi efetuada qualquer locução para passar numa edição informativa. No mês de novembro foram gravadas duas peças, uma de âmbito nacional e outra de âmbito internacional (ouvir áudio 5). Por fim, no mês de dezembro, cinco locuções destinaram-se à edição informativa, duas das locuções foram sobre uma notícia local de âmbito nacional, outras duas de âmbito local com impacto regional e uma delas foi de âmbito local e de respetivo impacto.

Revista de imprensa

Fazer a revista de imprensa é descrever quais os títulos das principais capas de jornais (ver anexo 11) Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Público, Diário de Notícias, I, A Bola, Record, O Jogo, Diário Económico e Jornal de Negócios.

Durante o mês de outubro o rascunho de uma revista de imprensa e o alinhamento de duas sem concretizar a locução. O mesmo sucedeu no mês de novembro, dois alinhamentos da revista de imprensa sem proceder à locução. No mês de dezembro não se verificou a tarefa.

Rubrica GPS Guia Para Sair

Na apresentação dos diversos programas da Rádio Nova, consta o GPS “Guia Para Sair” uma rubrica de carácter cultural, com todas as sugestões de música, teatro, exposições do Grande Porto.

As tabelas Programa “Guia Para Sair” dos meses: outubro, novembro e dezembro de 2011, no anexo 12, mostram a assistência de produção. Ao longo do estágio a participação neste programa foi maior no mês de outubro, com pesquisa, três entrevistas telefónicas e três produções dos eventos de âmbito local com respetivo impacto. No mês de novembro, apenas com uma participação com pesquisa, entrevista

telefónica e produção de texto de um evento de âmbito local com impacto regional. No mês de dezembro a participação foi nula.

Rubrica Infoterapia

Também este programa já foi mencionado nos programas da Rádio Nova, trata-se de um espaço com informações sobre saúde para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida. (ouvir áudio 4)

No anexo 13, as tabelas Programa “Infoterapia” e locuções dos meses: outubro, novembro e dezembro de 2011, analisa-se que nos meses de outubro e novembro as rubricas incidiram sobre informação de âmbito local e com impacto local. No entanto, no mês de dezembro a incidência foi em informação de âmbito local, uma com impacto nacional outra com impacto regional.

Rubrica Livro aberto:

Tal como foi mencionado, esta rubrica literária, apresentada por Rute Marinho, sugere as mais recentes publicações com testemunho dos autores. Apenas com uma participação, no mês de dezembro.

Web:

As tarefas web envolviam o acesso à plataforma interna do site, para a publicação de notícias e gestão de conteúdos da agenda cultural na *Homepage* da Rádio Nova. Tarefas que não foram discriminadas, mas que já faziam parte da rotina diária.

As atividades descritas fazem parte do plano de atividades do estágio que decorreu entre 3 de outubro de 2011 a 3 de janeiro de 2012, ver anexo 14 e anexo 15.

A atividade mais desenvolvida neste estágio foi edição de som (25%), tal como inicialmente referida esta atividade consiste no corte dos sons que testemunham e atestam a notícia. Seguidamente, a atividade com maior número de produção foi a edição de texto (21%), da qual 90% foi para a produção de conteúdos noticiosos, com respetivas entradas para o locutor, para serem incluídos nas edições informativas. As entrevistas telefónicas constituíram 17% da atividade realizada durante o estágio, com 34 chamadas telefónicas. E apenas 8% reportagens, com 15 coberturas em campo. Finalmente, com 7 intervenções no programa Infoterapia (4%) que inclui pesquisa, entrevista telefónica, produção, edição de som e texto e locução.

De todo o trabalho desenvolvido a categoria mais focada foi a local, isto é o conteúdo mais abordado teve âmbito local e impacto local. Com exceção nas reportagens que para além das seis catalogadas como local, também estão outras seis catalogadas de âmbito local, mas de impacto nacional. E exceção também para a “leitura de textos jornalísticos” em que catalogam duas como Local e outras duas como Local/Regional.

Conclusão

Em conclusão, após o desenvolvimento de uma primeira parte dedicada ao estudo de algumas questões teóricas, nomeadamente o conceito Rádio, como está enquadrado na lei e como é considerado pelos pensadores; é possível contextualizar uma história a partir de uma origem. Digamos que esta história, uma evolução cronológica, é a principal matéria que suporta este relatório, principalmente a partir do episódio histórico da regulamentação das rádios piratas. A partir desta altura, em 1987, surgiram as rádios locais e de maior proximidade. A Rádio Nova surgiu em 1989, a seguir a esta grande revolução e posterior regulamentação do espectro radiofónico. E ao que parece, ao longo dos 22 anos de emissão, também já sofreu alterações estruturais. Com as entrevistas do 1º e do atual chefes de redação da RN, apura-se que a emissora inicial era maioritariamente informativa e com uma grande aposta em meios e profissionais para produzir jornalismo local, nacional e até internacional. Atualmente, grande parte da programação da emissora é música de bastante qualidade, incorporam as rubricas e os programas e de 2ª a 6ª feira integram *flash* informativos, de 3 minutos, às 7h, 7h30, 8h, 8h30, 9h e depois de hora a hora até às 24h. Este não é um caso isolado, em estudo e estabelecendo um paralelismo verifica-se que a lei da radio em vigor e a atual situação económica são fatores que estimulam a alteração de uma rádio de carácter generalista para uma temática. Este assunto vai incidir no objeto de estudo deste trabalho, a importância do jornalismo local e de proximidade. Esta prática é fundamental para cada comunidade para que possa refletir, consciencializar-se, aperceber-se do que a rodeia e mobilizar-se ou agir. E mais, para além destes mecanismo de defesa, é uma questão de identidade nacional, de distinção de cada comunidade e a importância do papel de cada individuo na intervenção das questões que o afetam.

Referências Bibliográficas

BONIXE, Luís (2006) "As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico". Disponível em http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/01_08_Luis_Bonixe.pdf, consultado a 24 de Agosto de 2012

BONIXE, Luís (2009) "A Informação Radiofónica: rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa. A Internet como cenário emergente". Universidade Nova de Lisboa.

CAMPONEZ, Carlos (2002); Jornalismo de Proximidade – Rituais de Comunicação na Imprensa Regional; Coimbra: MinervaCoimbra

CORDEIRO, Paula (2007) "Estratégias de programação na rádio em Portugal: o caso da RFM na transição para o digital". Universidade Nova de Lisboa.

CORDEIRO, Paula (2010) A Rádio e as Indústrias Culturais. Lisboa: Livros Horizonte

CORREIA, Fernando (2005) "Anos 60: um período de viragem no jornalismo português". Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-baptista-anos-60-periodo-viragem.pdf>, consultado a 28 de Agosto de 2012

CRISTO, Dina (2005), "A Rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)", Coimbra, Minerva

DEL BIANCO, Nélia (2005) "Noticiabilidade no rádio em tempos de Internet". Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-noticiabilidade-radio-tempos-internet.pdf>, consultado a 24 de Agosto de 2012.

ERC (2009) , Caracterização do sector da radiodifusão local.

FAUSTINO, Paulo (2011) "Estudo de impacto dos incentivos directos concedidos pelo estado aos órgãos de comunicação social Regional e Local". Disponível em http://www.gmcs.pt/download.php?dir=118.539&file=ap_est_id_cs.pdf, consultado a 25 de Agosto de 2012

Kovach, Bill (2004) “Os Elementos do Jornalismo”. Porto. Porto Editora

LUZ, Dioclécio (2011) "Valor-notícia nas rádios comunitárias". Disponível em http://www.logos.uerj.br/PDFS/35/13_logos35_ferreira_da_luz_valor_noticia.pdf, consultado a 24 de Agosto de 2012

MERAYO PÉREZ, Arturo (1992) “Para entender la radio – Estructura del proceso informativo radiofónico”, Salamanca, Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca,

MENESES, João Paulo (2012). Estudos sobre a rádio - passado, presente e futuro. Porto: Mais Leituras.

OBERCOM (2006) "Os novos caminhos da rádio: radiomorphosis. Tendências e Prospectivas". Disponível em http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=estudo_tendencias_radio.pdf, consultado a 27 de Agosto de 2012

PERUZZO, Cicilia (2006) "Rádio comunitária educomunicação e desenvolvimento local". Disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/7c/GT2-_CELACOM-_06-_Radio_Comunitaria-_Cicilia_Peruzzzo.pdf, consultado a 27 de Agosto de 2012.

PORTELA, Pedro (2011) Rádio na Internet em Portugal. Humus

RIBEIRO, Nelson (2002) “A Rádio Renascença e o 25 de Abril”, Universidade Católica. Editora, Lisboa

RIBEIRO, Nelson (2005), A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo 1933-1945, Lisboa: Quimera Editores.

SANTOS, Rogério (2004) "Rádio Clube Português – Da escassez de frequências

à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936)". Disponível em <http://200.144.189.42/ojs/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6121/5581>, consultado a 16 Julho de 2012

SANTOS, Rogério (2005) "As Vozes da Rádio", Lisboa, Caminho

UDLAP, Catarina (2000) "La Radio: Conceptos e Funciones". Disponível em http://catarina.udlap.mx/u_dl_a/tales/documentos/lco/pacheco_p_fl/capitulo2.pdf, consultado a 24 de Agosto de 2012

VIGIL, José López. (1997) "Manual urgente para radialistas apaixonados: Capítulo7 - Género jornalístico". Disponível em <http://www.radialistas.net/manual.php>, consultado a 28 Agosto de 2012